

DIMENSÕES DOCENTES. Porto Alegre, v.1, n.1, 2024.

Tecnologia e empreendedorismo na cultura afro-brasileira: uma experiência no Novo Ensino Médio

Tecnologies and entrepreneurship in afro-brazilian culture: an experience in New High School

Tecnología y emprendimiento en la cultura afrobrasileña: una experiencia en el Nuevo Ensino Medio

Alan Santos de Oliveira. Universidade de Brasília (UnB)

 0000000028856856X

RESUMO: Este trabalho busca tratar dos temas das tecnologias e do empreendedorismo africanos e afrodiaspóricos, abordados na disciplina eletiva do Novo Ensino Médio “O Atlântico que nos une: reflexões sobre a história africana”, oferecida no segundo semestre de 2022, no Centro Educacional 02 do Cruzeiro, Brasília, Distrito Federal. Ao apresentar as formas e os usos das tecnologias e do empreendedorismo nas culturas afro-brasileiras, procuramos evidenciar que as diversas sociedades africanas já promoviam essas práticas de conhecimentos técnicos de aperfeiçoamento cotidiano, de soluções e de realização de diversas formas de trabalho (mineração, tecelagem, agricultura...). Tais conhecimentos, surgidos em decorrência das solicitações da vida africana, resplandecem em nossa contemporaneidade por meio de coletivos ou experiências de empreendedores negros e negras no Brasil. Esse estudo, busca mostrar que esse aspecto de construção, inovação, organização comunitária, resiliência e tantas outras formas pertinentes às tecnologias e ao empreendedorismo sempre existiram, tanto no continente africano, como na afrodiaspora. A pesquisa se restringe essencialmente aos temas abordados em sala de aula e foi edificada sob a metodologia bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: tecnologias africanas; empreendedorismo; culturas afrodiaspóricas.

ABSTRACT: We seek to address the themes of African and Afro-diasporic technologies and entrepreneurship, covered in the New High School elective course “The Atlantic that unites us: reflections on African history”, offered in the second semester of 2022, at Centro Educacional 02 do Cruzeiro, Brasília, Federal District. By presenting the forms and uses of technologies and entrepreneurship in Afro-Brazilian cultures, we seek to highlight that the different African societies already promoted these practices of technical knowledge for daily improvement, solutions and carrying out different forms of work (mining, weaving, agriculture...). Such knowledge, arising as a result of the requests of African life, shines in our contemporary time, through collectives or experiences of black entrepreneurs in Brazil. This study attempts to show that this aspect of construction, innovation, community organization, resilience and many other forms relevant to technologies and entrepreneurship have always existed both on the African continent and in the Afrodiaspora. The research is essentially restricted to the topics covered in the classroom and was built using bibliographic methodology.

KEYWORDS: African technologies; entrepreneurship; afrodiasporic cultures.

RESUMEN: Este trabajo busca abordar los temas de tecnologías y emprendimiento africanos y afrodiaspóricos, cubiertos en la asignatura optativa de Nuevo Ensino Medio “El Atlántico que nos une:

reflexiones sobre la historia africana”, ofrecida en el segundo semestre de 2022, en el Centro Educativo 02. en Cruzeiro, Brasília, Distrito Federal. Al presentar las formas y usos de las tecnologías y el emprendimiento en las culturas afrobrasileñas, buscamos resaltar que las diferentes sociedades africanas ya promovieron estas prácticas de conocimiento técnico para la mejora diaria, las soluciones y la realización de diferentes formas de trabajo (minería, tejido, agricultura). ...). Dichos conocimientos, surgidos como resultado de las exigencias de la vida africana, brillan en nuestra época contemporánea a través de colectivos o experiencias de empresarios negros en Brasil. Este estudio busca mostrar que este aspecto de la construcción, la innovación, la organización comunitaria, la resiliencia y muchas otras formas relevantes para las tecnologías y el emprendimiento siempre han existido, tanto en el continente africano como en la afrodiáspora. La investigación se restringe esencialmente a temas tratados en el aula y se construyó utilizando metodología bibliográfica.

PALABRAS CLAVE: tecnologías africanas; emprendimiento; Culturas afrodiaspóricas.

Introdução

Diante do cenário de cooperação entre as perspectivas da educação e do empreendedorismo social como forma de construir caminhos e alternativas para o desenvolvimento educacional de jovens nas escolas da rede de ensino pública do Distrito Federal¹, observamos que algumas perspectivas sociais, culturais e históricas dos povos africanos e ameríndios, precisam ser conhecidas e inseridas no contexto dessas edificações sociais. Assim, ao introduzir a disciplina eletiva *Atlântico Negro: a história que nos une* para discentes do primeiro ano do Novo Ensino Médio, no segundo semestre de 2022, na escola Centro de Ensino Médio 02 do Cruzeiro, em Brasília, lançamos algumas questões: a comunidade escolar, especialmente os estudantes, têm conhecimento de outras práticas, técnicas e formas de enfrentamento das dificuldades cotidianas ou estruturais, construídas pelos povos africanos e seus descendentes nesse país? De que forma as práticas e técnicas desenvolvidas em algumas culturas do continente africano e da diáspora contribuem com os empreendedores negros e negras na atualidade? Tomando como suporte o Eixo Transversal *Educação para a diversidade*, inscrito no *Currículo em movimento do Novo Ensino Médio*, assumimos a responsabilidade de desenvolver um trabalho plural, com base no norteamento do Eixo, que informa:

As salas de aulas são diversas e plurais. As juventudes carregam consigo experiências marcadas por fatores de raça/etnia, gênero, sexualidade, classe e geração, bem como de ordem religiosa, geográfica, motora e/ou sensorial. Por essas razões, este Eixo possui, por princípio legal, o dever de educar para o

¹ Podemos exemplificar a oferta do curso de especialização *Proficiência em Tecnologias Digitais para uma Educação Empreendedora*, oferecido pelo Sebrae-DF em parceria com a SEEDF. Este artigo é resultado também do projeto integrador requisitado pelo curso, como Trabalho de Conclusão Final, no ano de 2023.

reconhecimento das diferenças em diálogo com a universalidade, buscando sempre a preservação, promoção e proteção dos direitos de cada estudante. Da mesma forma, ele visa à equidade, à promoção da diversidade humana, bem como ao combate à violação de direitos e ao enfrentamento das discriminações de qualquer natureza. (DISTRITO FEDERAL, 2022).

A partir dessas questões, desenvolvemos estudos bibliográficos, para aprofundar os conhecimentos, lecionar e debater sobre as práticas de tecnologias e de empreendedorismo nas culturas africanas e suas permanências na cultura afro-brasileira. As aulas eram desenvolvidas uma vez por semana e, por serem optativas, não alcançavam todos os estudantes da escola, apenas os inscritos interessados no tema. Dessa forma, a disciplina transcorreu de forma bastante experimental, também por conta da modalidade do Novo Ensino Médio, que se iniciava naquele momento e que causava certa ansiedade em toda a comunidade escolar.

Alguns motivos foram essenciais para que a disciplina tomasse esse percurso temático como foco: a) a formação (na época em andamento) do docente no curso de especialização *Proficiência em Tecnologias Digitais para uma Educação Empreendedora* (SEBRAE-SEEDF), que estimulou pensar e tratar das perspectivas tecnológicas e do empreendedorismo por uma rota histórica e sociocultural; b) o docente/pesquisador já possuía um certo conhecimento sobre relações raciais, educação antirracista, culturas africanas e afro-brasileiras, tendo construído ao longo de sua trajetória acadêmica na graduação, no mestrado e doutorado; c) a necessidade constante da inclusão desses temas nas escolas. Sobre esse último aspecto, um dos temas norteadores da disciplina, é o que trataremos a seguir.

A relevância da inclusão dos processos tecnológicos e do empreendedorismo africanos e afrodiaspóricos nas escolas

No ano de 2023, registrou-se a marca de duas décadas da instituição da Lei 10.639/2003. Essa legislação tornou obrigatória a inclusão do ensino de História da África e da cultura afro-brasileira em todas as modalidades de ensino básico e em todas as disciplinas escolares, com foco especial em áreas de Humanidades. Podemos dizer que a lei promulgada caminhou em passos lentos na sua primeira jornada, avançando um pouco mais na segunda década e ainda prossegue como uma via que pode transformar o conhecimento no espaço escolar e contribuir com a diminuição dos impactos racistas na sociedade brasileira. Vejamos o que diz a lei:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Em 2008, a Lei 11.645 propõe alterações na Lei 10.639/2003. Isso porque a anterior não incluía a história e a cultura dos povos indígenas. Assim como a população afro-brasileira, os povos indígenas constituem grupos historicamente excluídos no Brasil não só de terras, não só dos direitos humanos que deveriam ser garantidos, mas também pelo apagamento e silenciamento de suas ramificações culturais e históricas. A nova legislação de 2008 informa que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Essas duas leis mencionadas, têm sido bastante positivas na transformação de uma educação que desde a sua fundação promoveu ampla restrição aos conteúdos e formas de ensino dos grupos historicamente excluídos e, assim, privilegiou os conhecimentos relacionados aos povos europeus, devido ao nosso processo colonial. Além disso, não só silenciou ou apagou outras formas de conhecimentos pertencentes às nossas culturas como construiu imaginários negativos, estereótipos e estigmas sobre as populações negras e indígenas.

Dessa forma, as práticas coloniais propagaram o extermínio dos conhecimentos locais, e promovem aquilo que a escritora nigeriana Chimamanda Ngozie Adichie concebeu como “história única” (2019). Além disso, como em outras sociedades colonizadas, a estratégia ideal para dissolver os conhecimentos negros e indígenas no país foi estrategicamente pensada

pelo processo educacional, com a colonização do território e do pensamento. Como observa o filósofo malinês Hampâté Bâ:

Um empreendimento de colonização nunca é filantrópico, a não ser em palavras. Um dos objetivos de toda colonização, sob qualquer céu e em qualquer época, sempre foi começar por decifrar o território conquistado, porque não se semeia a contento nem em terreno já plantado, nem em alqueive. É preciso primeiro arrancar do espírito, como se fossem ervas daninhas, valores, costumes e culturas locais, para poder semear em seu lugar os valores, costumes e cultura do colonizador, considerados superiores e os únicos válidos. E que maneira melhor de alcançar este propósito do que a escola? (HAMPÂTÉ BÂ, 2013, p. 333).

No caso brasileiro, o início desse processo se deu com a chegada dos portugueses e, especificamente, na fundação da educação colonial, com os padres jesuítas em 1549. Estes, estabeleceram uma forma estrutural de ensino que até hoje marca nossas estruturas e formações educacionais.

Quando propomos conhecer as raízes das práticas de trabalho africanas e afrodiaspóricas² para perceber seus frutos na atualidade, pensamos em compreender que, pelas tecnologias e formas de empreendedorismo existentes nas culturas afro-brasileiras, evidencia-se que diversas sociedades africanas, as quais também somos descendentes, já promoviam diversos tipos de conhecimentos tecnológicos. Nessa rota, é preciso entender bem os fatos.

Os povos do continente africano, trazidos à força para as Américas, foram escolhidos justamente por apresentarem certas familiaridades com a metalurgia, a agricultura e técnicas de engenharia, por exemplo. Vale dizer que, as tecnologias desses povos eram sustentáveis e se relacionavam de forma harmoniosa com o meio ambiente em seus territórios. Mas, ao chegar aqui, foram conduzidos à exploração do trabalho e à degradação do meio ambiente em favor da perversidade mercantilista e, posteriormente, capitalista. Mesmo assim, em ambientes truculentos pela exploração dos seres humanos e dos recursos naturais, os povos negros e indígenas promoviam suas formas de resistência e de reexistir. Em áreas isoladas formavam-se, por exemplo, os quilombos. Territórios que revitalizavam seus processos culturais do continente africano promovendo uma nova estrutura dentro da modernidade, aquilo que Malcon Ferdinand denominou como um sistema ecológico decolonial. Segundo o autor:

² Distribuição das populações do continente africano no mundo. Na América, este fenômeno ocorreu com grande intensidade durante os diversos períodos coloniais nesse continente, com o tráfico de pessoas para o trabalho escravo. Atualmente, devido aos processos de miséria e conflito em alguns países africanos, a afrodiaspora é bastante contundente no continente europeu.

(...) os ditos negros estabeleceram, eles também, relações com a natureza, ecúmenos, maneiras de se reportar ao não humanos e de representar o mundo. Parece que essas concepções foram marcadas pelas escravidões, pela experiência do deslocamento, por discriminação política e social na África, na Europa e nas Américas durante muitos séculos. Sim, existe também uma ecologia dos deslocados pelos tráficos europeus, uma ecologia que mantém continuidades com as comunidades indígenas africana e ameríndia, mas não se reduz nem a uma nem a outra. Uma ecologia que se forjou no porão da modernidade: *uma ecologia decolonial*. (FERDINAND, 2022, p. 34).

Os conhecimentos africanos também serviram para organização de libertação, resistência e sobrevivência após a escravidão. Experiências comunitárias, resistência e inovação cultural fortaleceram as expressões de culturas africanas no Brasil e em todo o continente americano, por meio de um afroempreendedorismo. Esses modelos de empreendimentos afro, como técnicas de subverter a ordem (da exploração e do extermínio) ou mesmo do desenvolvimento, ainda caminham na contemporaneidade em movimentos sociais negros e em coletivos ou experiências de empreendedores negros e negras no Brasil.

A Feira Preta é um bom exemplo desse processo atual. Criada por Adriana Barbosa em São Paulo, no ano de 2002, a Feira Preta reuniu diversos produtores, comerciantes, artistas e criadores negros e negras para comercializarem seus trabalhos. O *rapper* Emicida, que foi um desses artistas que deram seus primeiros passos a partir da feira, comenta que:

A Adriana e a Feira Preta foram um impulso, uma inspiração. Não só para mim, mas para uma quantidade enorme de empreendedores e empreendedoras pretas. Muita gente começou e ainda começa a expandir seus negócios nas barraquinhas da Feira Preta. Pretos produzindo e criando coisas para eles mesmos, não só na quebrada. É isso que a gente quer ver mais. Não só na quebrada, não só no Brasil. No mundo inteiro. (EMICIDA, 2020 *apud* BARBOSA, 2021, p. 129).

Assim, esse estudo procura mostrar que o aspecto da construção de alternativas, inovação, organização comunitária, resiliência e tantas outras formas pertinentes às tecnologias e ao empreendedorismo social do presente, sempre existiram. Tanto no continente africano como na afrodíaspóra, a perspectiva afro-empREENDEDORA continua em pleno vapor na atualidade e nas projeções de futuros para as comunidades negras, se agregando às formas do empreendedorismo atual e universal. Dessa forma, os caminhos conquistados por estes povos, que já contribuem com os empreendedores negros e negras na atualidade, podem servir também como exemplo no cotidiano escolar, podendo informar aos professores e discentes que os modelos de tecnologias/empreendedorismos não se restringem somente pelo legado da cultura ocidental e do contexto atual. Há muito que se conhecer em nossa história, que por

certos motivos dominadores, não foram bem contadas. Além disso, é preciso pluralizar o conhecimento, pois, de acordo com os autores Simas e Rufino

O Brasil, há de se dizer, é o resultado do extermínio secular das experiências comunitárias negras, indígenas e das populações empobrecidas, para se pavimentar como projeto civilizatório tacanho, reducionista e celebrador da barbárie. (SIMAS; RUFINO, 2019, p. 25).

Mais adiante, os autores complementam que “uma educação que não recorre à sabedoria assente na diversidade e nas possibilidades existentes nos cotidianos padece de imobilidade e se torna escrava do tacanhismo” (SIMAS; RUFINO, 2019, p. 27). Portanto, para fugir da educação tacanha e contribuir com uma perspectiva mais plural nas escolas, é necessário ampliar e incluir os saberes construídos nas sociedades africanas, afrodiaspóricas e ameríndias. Entretanto, é preciso alertar que a ideia não é substituir os conhecimentos ocidentais impostos, mas a trazer a “capacidade de estabelecer coexistência, diálogo e inteligibilidade mútua” (SIMAS; RUFINO, 2019, p. 33)

Para alcançar os objetivos propostos, utilizamos a pesquisa bibliográfica, para reunir conteúdos sobre o tema proposto para a construção da ementa, do plano de ensino e do desenvolvimento deste artigo. A produção da escrita ocorreu simultaneamente com o desenvolvimento da disciplina. Já no contexto da pesquisa bibliográfica, observamos que produções recentes e algumas traduções literárias, têm se dedicado aos aspectos históricos, culturais e filosóficos das populações do continente africano e das diásporas desse continente. Dessa forma, a organização bibliográfica de grande parte desse material foi previamente levantada e aproveitada pela recorrente atualização do docente.

Finalmente, embora algumas práticas e resultados da disciplina não sejam o foco nesse artigo, nossa perspectiva pode também protagonizar a proposta de uma pesquisa-ação, fundamentada em nossa perspectiva de divulgar e engajar a ideia de uma educação mais inclusiva e diversificada. Dessa forma, como atuantes no contexto escolar, nossa proposta não se reduz a ensinar por ensinar, mas educar para transformar o cotidiano dos estudantes e as estruturas sociais que ainda privilegiam determinados segmentos dominantes. Eis então, a relevância desses temas no ensino.

Das tecnologias e empreendedorismos africanos: algumas passagens

Não existirá mais de uma divindade como Ogum.

*Sem Ogum
Não se limpa o mato (para plantar)
Sem Ogum
não se abre caminho.
A enxada pertence a Ogum.
Ogum é o ferreiro.
Ogum é agricultor e guerreiro.
Sem Ogum
não há comida.*

O cântico das tradições orais iorubanas, descrito acima, foi traduzido pelo sociólogo nigeriano Sikiru Salami (1997) e faz parte do contexto mitológico e religioso dos povos iorubás. Integra uma cultura ainda viva no Oeste africano e em muitos outros países, que receberam este grupo étnico durante todos os processos da diáspora africana.

O Brasil recebeu cerca de 4 milhões de pessoas, oriundas do continente africano, entre os séculos XVI e XIX. Dentre estes, os povos iorubanos, com outros grupos (jejes, bantos, sudaneses...) chegaram nesse território e influenciaram fortemente a cultura afro-brasileira. Grande parte desses trabalhadores já eram habituados aos labores da plantação e da mineração, consequências importantes para a exploração colonial no Brasil. Dessa forma, podemos conceber que estes imigrantes, embora tenham sido trazidos à força para o trabalho escravo, vivendo sob as piores condições, tiveram um papel importante no desenvolvimento de nosso país. Além disso, os povos africanos construíram amplas edificações e pavimentações urbanas, como informa a música do bloco afro-baiano Ilê Aiyê, “cada pedaço de chão/ cada pedra fincada/ um pedaço de mim/ Ilê Aiyê o povo bantu ajudou construir o Brasil”. (1996).

Popularmente, uma das contribuições das culturas africanas mais conhecidas no país é a culinária afro-brasileira. Entretanto, a participação de nosso desenvolvimento cultural pela descendência africana, é encontrada também nas performances e estéticas corporais das danças, lutas, cantos, gestos, palavras e outros elementos constitutivos da nossa cultura. Aqui não será necessário destrinchar cada um desses elementos, sejam os de ordem coletiva como também os aspectos subjetivos. O que temos a dizer (e reconhecer) é que, os povos africanos e seus descendentes no Brasil, desde sempre, mesmo nas piores condições de vida, foram agentes de desenvolvimento desse país e de suas próprias vidas e comunidades. Ao que se sabe, os grupos africanos que aqui aportavam não tinham ampla formação pelos colonizadores portugueses, para desenvolver alguma atividade laboral ou cognoscitiva. Todo o conhecimento de práticas do fazer, saber, perceber e educar, já eram exercidas por estes povos

no continente africano.

Retomando com os povos iorubás e a divindade Ogum que abre este tópico, para exemplificar esse tipo de relação. Cultuado nos solos do Oeste africano e no Brasil, o Orixá (divindade) Ogum, se destaca pelo aspecto da valorização do potencial de inovação, tecnologia e desenvolvimento. A comunidade afrodiaspórica se inspira nas criações (do mundo e de tudo que há nele), principalmente por este Orixá.

Observando Ogum, Sikiru Salami, expõe que “a sabedoria desse rei sobre o fogo, a metalurgia, a guerra, a caça e a agricultura, é absoluta” (SALAMI, 1997, p. 66.), dessa forma, compreende-se o papel da divindade na preservação da vida e das comunidades. Pois, Salami complementa que: “pelo exemplo de suas atividades sobre a natureza, Ogum fornece ensinamentos para a realização das necessidades básicas de cada um e de toda a comunidade” (SALAMI, 1997, p. 66, grifo nosso).

Foi pensando nessa relação, que ,desde os tempos coloniais, os africanos e seus descendentes se inspiraram nas divindades guerreiras, especialmente em Ogum, não só para criar estratégias de fuga e guerrilha contra os opressores, mas também para o desenvolvimento de suas atividades comunitárias, agrícolas e de sustentabilidade nos quilombos, territórios isolados onde os negros libertos ou fugitivos constituíam novas formas de viver. Vale ressaltar que, enquanto as táticas desenvolvimentistas dos povos africanos e indígenas estiveram, desde sempre, atreladas à sobrevivência de forma sustentável, o uso das tecnologias dos povos colonizadores sempre esteve bastante relacionado ao desenvolvimento nocivo. O colonialismo e suas tecnologias, em sua amplitude, esteve a serviço da destruição dos solos, da flora, da fauna e de outros seres humanos considerados inferiores pelos colonizadores.

Em contrapartida, o legado da resiliência, da criatividade e de abertura de caminhos trazidos pelos iorubás e por outros grupos africanos foi herdado e continuado por seus descendentes no período pós-colonial no Brasil, formando uma “ecologia decolonial” (Ferdinand, 2022). Apesar de o colonialismo mostrar sua presença, bastante marcada até os dias atuais. Ao fim da escravatura, em 1888, nenhum projeto de integração ou de indenização a estes povos foi aplicado pelo regime monárquico. Pelo contrário, o que foi instituído logo que a monarquia deixou o poder, em pouco mais de uma década do fim do trabalho escravo, foi a estratégia da eugenia³, um sistema racista que pretendia excluir a população negra das

³ Para maior conhecimento sugerimos a leitura do artigo *Racismo disfarçado de ciência: como foi a eugenia no*

estruturas de sobrevivência, como educação, saúde e mercado de trabalho.

Nasce daí, novas estratégias de organização pelos próprios libertos em comunidades quilombolas (que já se organizavam mesmo antes do fim da escravatura) - que recebiam um maior contingente -, comunidades religiosas de matriz africana (terreiros), clubes e agremiações, clubes carnavalescos e também outros grupos com personalidades que atuavam nas artes, nas ciências e na literatura (Luiz Gama, José do Patrocínio, Lima Barreto, Machado de Assis, Artur Timóteo da Costa entre outros).

O sucesso e o mérito de alguns personagens ou comunidades de ex-escravizados merecem ser valorizados e honrados na história, mas jamais se justifica como exemplos para que um país abandone toda uma população à própria sorte. Por outro lado, vale para exemplificar que as populações negras sabem resistir e muitas vezes prosperar, diante dos obstáculos que lhe foram impostos nesse território. Dessa forma, como pondera Souza “nossos aprendizados, nossas formas de vida, nossas epistemologias, nossas metodologias de reexistir vêm desde a travessia do Atlântico, quando nos tornamos negras e negros em diáspora” (SOUZA, 2021, p. 11).

Na cena contemporânea, são inúmeros projetos, personalidades e coletivos negros que reatualizam as perspectivas ancestrais de tecnologias e empreendedorismos. Vale dizer que, no Brasil, segundo os dados do IBGE (2018), temos cerca de 54% de negros, a maior população negra fora do continente africano. Grande parte dos negros nesse país, ainda vivem diversas dificuldades cotidianas, relacionadas às falhas da educação, saúde, emprego, moradia e segurança pública.

Dessa forma, a história dos negros nesse país sempre esteve sujeita à revanche⁴ (SANTOS, 2010) pela existência dessas populações e por melhores condições de vida, o que faz com que exista historicamente, diversas formas de empreender. Nessa perspectiva, a realidade social brasileira fez com que negros e negras, comunidades, quilombos, terreiros, personalidades (artistas, jogadores de futebol, atletas...) buscassem maneiras inovadoras para sobreviver, existir, representar, experimentar, ousar e tantas outras perspectivas. Entretanto, muitos dos nossos não tiveram a melhor sorte, por terem sido exterminados, silenciados, rejeitados, violentados de diversas formas devido ao racismo sistêmico e estrutural que ainda

Brasil, disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-disfarcado-de-ciencia-como-foi-a-eugenia-no-brasil/>?

⁴ O termo “revanche” utilizado pelo geógrafo Milton Santos se refere ao poder contra hegemônico, instituído nas camadas historicamente excluídas.

perpétua em nossa sociedade.

Finalmente, reafirmamos, houve e ainda há resistência. O Quilombo de Palmares e outras comunidades negras em outras tantas regiões e em outros períodos históricos do Brasil, da América e do Caribe, constituíram movimentos de libertação colonial e formas relevantes de sobrevivência. Experiências que motivaram exercícios posteriores, chegando à nossa contemporaneidade. Formas particulares de empreendedorismo que permanecem, para além da reivindicação do direito à terra e a todas as formas de dignidade humana. Empreender também é lutar pelo combate ao racismo estrutural e à violência racial consequente desta distinção social. Dessa forma, os negros estiveram sempre a empreender uma luta pela busca da inclusão nos espaços de disputa, como o ensino superior e o mercado de trabalho.

Considerações finais

Este artigo possibilitou, de forma abreviada, abordar alguns temas tratados em nossa disciplina eletiva do Novo Ensino Médio, exercida no Centro Educacional 02 do Cruzeiro, Brasília - DF. A realização desse trabalho torna-se necessária no contexto da educação, uma vez que cumprimos legislações específicas e debates contidos na história educacional brasileira para uma educação mais inclusiva e plural.

Compreender a história da chegada dos povos africanos, seus legados, saberes e conhecimentos diversos são formas adequadas de enxergá-los como povos protagonistas que contribuíram com a existência do nosso país, juntamente com os europeus e os indígenas.

Finalmente, absorver a ideia de resistência e luta pelos direitos humanos, fortalece a ideia de que empreender não é somente uma possibilidade de criar negócios no mundo capitalista (embora essa prática também exista na história dos povos africanos e seus descendentes no Brasil). Empreender e fazer uso de tecnologias têm sido, desde sempre, para os povos afrodiáspóricos, luta pela sobrevivência, pela continuidade de seus conhecimentos e por um futuro melhor em diversos sentidos humanitários.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BARBOSA, Adriana. *Preta potência: como a resistência e a ancestralidade me ajudaram a criar o maior evento de cultura negra da América Latina*. Rio de Janeiro: Harper Collins,

2021.

BRASIL. *Lei nº 10.639* de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 20 mar 2023.

BRASIL. *Lei nº 11.645* de 10 de março de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 20 mar 2023.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. *Currículo em movimento do Ensino Médio* - SEEDF. - Brasília: Gráfica e Editora Quality, 2022.

EMICIDA. *Podcast Amarelo Prisma*. Movimento 4: Coragem/Coração. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y3Bd8wbO61o>. Acesso em: 16 mar 2023.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu, 2022.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Palas Athena, 2013.

ILÊ AIYE. *Heranças bantos*. Salvador: Mauricio World Music, s/d. Maria Cecília Balbino Cruz, Paulo Cezar Vaz Santos.

SALAMI, Sikiru. *Ogum: dor e júbilo nos rituais de morte*. São Paulo: Editora Oduduwa, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 56.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. *Flecha no tempo*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SOUZA, Ana Lucia Silva. Aquilombar. In: BARBOSA, Adriana. *Preta potência: como a resistência e a ancestralidade me ajudaram a criar o maior evento de cultura negra da América Latina*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2021, p. 3-8.

*Recebido em: 10 jan. 2024.
Aprovado em: 07 mar. 2024.*

*Revisor(a) de língua portuguesa: o autor
Revisor(a) de língua inglesa: o autor
Revisor(a) de língua espanhola: o autor*